

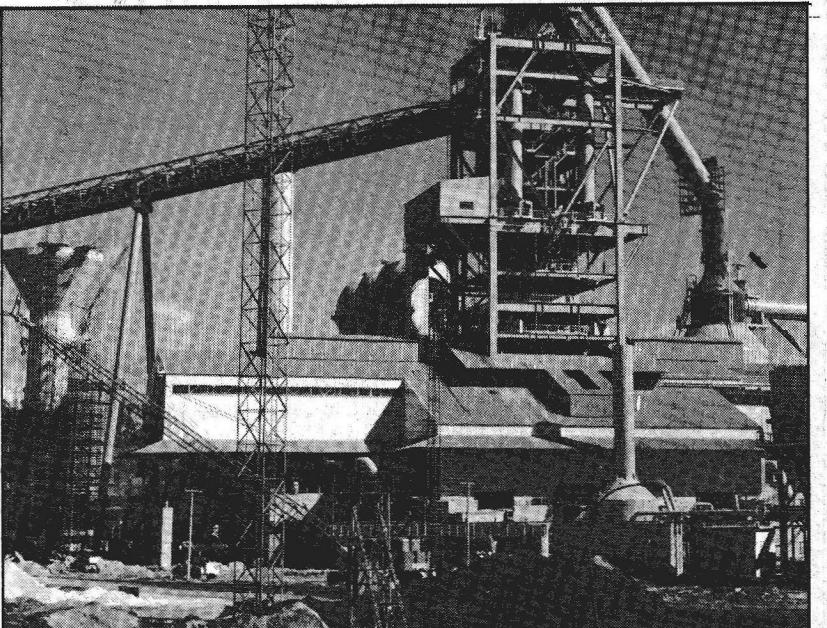
# No Brasil, por enquanto, muita conversa e pouca decisão política.

Quando a inflação dispara, receitas clássicas são desenterradas do baú, demonstrando que todos conhecem os remédios para combater o mal: privatizações, para reduzir o peso do Estado na economia e colocar um torniquete na sangria que as estatais representam para os cofres públicos. Redução de subsídios e incentivos fiscais, controle dos gastos públicos, proibição de novas contratações também são fórmulas de eficácia reconhecida contra a hemorragia do déficit público. Só que os medicamentos, aplicados em doses homeopáticas, preferidos em nome de interesses políticos ou de um falso nacionalismo, nunca chegaram a produzir, no Brasil, os efeitos esperados. Mal combatida, a inflação reaparece com força total. Com o perigo da hiperinflação rondando o panorama econômico, as velhas fórmulas são relembradas até pelo Congresso, onde remédios amargos sempre foram vistos como inimigos dos votos.

**Fevereiro de 86.** Em janeiro, a inflação registrou o índice "inaceitável" de 16,2%, desencadeando a reação do governo. O então ministro da Fazenda, Dilson Funaro, contra-atacou com o Plano Cruzado, uma receita baseada em nova droga: o congelamento de preços. Mas as fórmulas clássicas não foram desprezadas e anunciou-se, mais uma vez, a intenção de diminuir a máquina pública, reduzindo o número de funcionários e descartando estatais que comprovadamente só traziam prejuízos. O governo prometeu colocar em prática uma regra conhecida por qualquer dona de casa: gastar só o que estiver em caixa. Uma receita indigesta para um ano eleitoral.

A Secretaria Especial de Controle das Estatais (Sest) propôs uma revisão geral no balanço patrimonial de 212 empresas produtivas do Estado, de um total de 422. Além disso, havia a intenção declarada de abrir o capital da Usiminas, Telebrás, Petrobrás Distribuidora e Petroquisa. A lista de privatização — um programa de novembro de 85, que arrastava-se nos meandros do governo — incluiu 11 empresas.

Em abril, o titular da Sest, Antoninho Marmo Trevisan, denunciou que as maiores pressões contra o programa partiam das próprias estatais, de ministérios aos quais eram vinculadas e do



Usiminas: sempre nas listas de privatização.

Congresso Nacional. A máquina governamental tinha interesse em torpedear o projeto, que acabaria com verdadeiros cabides de emprego. Domar o monstro das estatais era uma tarefa muito mais complicada do que parecia e uma nova idéia, de criar uma holding para controlá-las, foi torpedeada pelos ministros Aureliano Chaves, das Minas e Energia, e Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações.

Em julho, a previsão era de que o déficit alcançaria Cz\$ 1 bilhão. Em abril de 87, ficou claro que a avaliação tinha sido muito modesta. A própria Sest divulgou que o rombo das empresas públicas havia atingido a casa dos Cz\$ 19,3 bilhões, o equivalente a US\$ 765,8 milhões. Em novembro de 86, quando o programa de privatização completou um ano, o governo tinha conseguido livrar-se apenas do Hotel Blumenau.

A proibição de contratar pessoal, válida para empresas públicas, fundações e autarquias, foi por água abaixo. Em julho, 16 mil novos funcionários fizeram a despesa de pessoal engordar 15,1% em termos reais, em relação a 85. Com o Cruzado II, uma tentativa de corrigir os rumos do Plano, em novembro, quando a inflação bateu na casa dos 12,84%, o governo conseguiu extinguir o BNH e a Cia. Coque e Álcool de Madeira S.A. e dissolver outras três empresas — uma ação envolvendo 13.271 funcionários. Foram demitidos 9.455 e o restante incorporado a outras empresas.

O ministro Dilson Funaro

foi derrubado, em abril de 87, pelo fracasso do Plano Cruzado. Assumiu em seu lugar o economista Luiz Carlos Bresser Pereira. Em maio, a inflação foi de 23,21% e em junho saiu o Plano Bresser, que reeditou promessas já feitas, como a privatização de oito empresas. Em setembro, o Tribunal de Contas da União anunciou que as estatais haviam gasto irregularmente Cz\$ 17 bilhões.

## Desde novembro de 85, fala-se no governo em privatizações.

Os gastos com subsídios prometiam alcançar os Cz\$ 178,7 bilhões, o equivalente a US\$ 5 bilhões, 2% do PIB. O Plano Bresser se dispôs a acabar com o subsídio do trigo, acarretando um aumento de 375% na farinha e de 37% no preço do pão. A economia foi de Cz\$ 30 bilhões em 87 (US\$ 691,7 milhões). Os incentivos fiscais eram outra fonte de sangria dos cofres públicos. Em outubro de 87, a Secretaria da Receita Federal anunciou que o governo deixara de arrecadar Cz\$ 123,3 bilhões em impostos (US\$ 2,1 bilhões), ou 36% de toda a receita tributária, por conta da concessão de incentivos.

Bresser Pereira tentou conter o déficit. Entre outras medidas, anunciou um ataque aos marajás das estatais, limitando os vencimentos a 80 vezes o salário referência — ou Cz\$ 157.593 —,

proibiu as estatais de concederem aumentos reais de salários e a criação de novos incentivos e subsídios. A intenção era reduzir o déficit dos 3,5% previstos, em 87, para 2%, em 88.

Em outubro, o ministro queixou-se da falta de coragem de todo o governo para cortar subsídios e incentivos. Mas a situação de Bresser Pereira desgastava-se rapidamente, agravada pelo pacote fiscal com o qual pretendia tributar os rendimentos do capital, através de decreto-lei. Sarney insistiu na necessidade de aprovação do Congresso e não aceitou o corte de subsídios, incentivos fiscais e a privatização de estatais. O ministro pediu demissão em 18 de novembro.

A luta de Bresser foi inglória. Mesmo antes de abandonar o governo, o ministro reconheceu ser impossível manter o déficit em 3,5% do PIB. O novo número era 5%. Os gastos com pessoal aumentaram 21% reais e o rombo das estatais foi de Cz\$ 196,2 bilhões (US\$ 2,7 bilhões). O processo de privatização não avançou e 87 fechou com apenas nove processos concluídos. A inflação chegou a 14,1% em dezembro, registrando um novo recorde de 365,9%.

Foi nesse panorama que o economista Maílson da Nóbrega assumiu o Ministério da Fazenda, colocando a política do "feijão com arroz" no centro do panorama econômico. Ela pretendia um aperto na política monetária, política cambial realista, retorno do déficit a patamares "aceitáveis" entre 2,5 e 3,5% do PIB, atualização dos salários pela Unidade de Referência Padrão (URP).

Em janeiro de 88, as despesas com pessoal aumentaram inexplicavelmente. Maílson revisou e congelou os empréstimos para as estatais e a URP para o funcionalismo público por dois meses, apesar da posição contrária do chefe do Estado-Maior do Exército, brigadeiro Paulo Roberto Camarinha.

A política do feijão com arroz continuou sendo minada dentro do governo. As despesas com pessoal avançaram sobre 70% da receita líquida da União. O congelamento da URP levou o funcionalismo à greve e a Justiça declarou a medida constitucional. Apesar da resistência de Maílson, o ministro Aureliano Chaves mandou pagar as URPs congeladas

das aos funcionários das estatais ligadas ao Ministério das Minas e Energia. O ministro Antonio Carlos Magalhães, das Comunicações, concedeu aumentos salariais a título de produtividade.

Novas ameaças ao controle do déficit partiam do Congresso Nacional, que elaborava a nova Constituição. A concessão de estabilidade no emprego para servidores com mais de cinco anos, por exemplo, beneficiou 95 mil funcionários da administração direta, segundo o Ministério da Administração. Às vésperas da promulgação da Constituição, que proibia contratações sem concurso público, o Diário Oficial trouxe a nomeação de 460 novos funcionários.

As nomeações ocorreram apesar de o ministro Maílson da Nóbrega ter apresentado em agosto, ao presidente Sarney, sua "operação desmonte" — uma tentativa de cortar US\$ 7 bilhões no orçamento de 89. As medidas falavam na extinção de três ministérios e 14 órgãos federais. Realista, o ministro não propôs demissão de pessoal, limitando-se a sugerir um remanejamento. As privatizações deveriam atingir sete empresas. Maílson queria ainda cortar 16 formas de subsídios, uma despesa de Cz\$ 370 bilhões (US\$ 1,2 bilhão). Mas os parlamentares nordestinos conseguiram do presidente Sarney a prorrogação, por mais cinco anos, do prazo de concessão de incentivos fiscais para o Norte e Nordeste, uma decisão que custou aos cofres públicos Cz\$ 872 bilhões (US\$ 2,9 bilhões).

## Em outubro de 87, Bresser queixa-se da falta de coragem para fazer os cortes.

A orgia de gastos continuou. Em novembro, o Congresso elevou os salários de deputados e senadores. A inflação de dezembro de 88 foi de 28,79% e o ano fechou com um novo e triste recorde: 933,62%.

Em janeiro de 89, um novo choque. Foi a vez do Plano Verão, com novas promessas de corte de 50% nos gastos públicos, de reforma administrativa. Enquanto se discutia o pacote, o Tribunal de Contas anunciou que o governo Sarney contratou, de março de 85 a junho de 87, 140.762 pessoas, 33

funcionários por hora trabalhada, e a Seplan denunciou a existência de 120 mil casos de duplo emprego.

## Apenas 17 empresas privatizadas em três anos, o balanço do programa do governo.

Algumas das intenções do Plano Verão esbarraram no Congresso, que devolveu a medida provisória que permitia ao governo a demissão de funcionários sem estabilidade. A privatização de estatais também não passou. Cinco ministérios foram incorporados a outros e o Legislativo se encarregou de ressuscitar o Geipot, a EBTU, a Emater, o Incra e outras quatro empresas. A tentativa de acabar com as gratificações de até 170% nos vencimentos dos funcionários foi rejeitada em abril. O presidente Sarney não ficou atrás e permitiu que as estatais voltassem a contratar sem concurso público.

O Programa de Desestatização apresentou números modestos. Em seus três anos de existência, conseguiu passar apenas 17 empresas à iniciativa privada, de um total de 240. Só de incentivos e subsídios, o governo programa, para esse ano, um gasto de NCz\$ 5 bilhões (US\$ 2 bilhões). Parte desses recursos irá beneficiar o empresariado que "rejeita" a intervenção do estado na economia.

Enquanto falta decisão política ao governo para reduzir o déficit, uma das causas da inflação, os índices continuam subindo. Apesar da reindexação da economia — uma medida que tem por objetivo evitar a disparada — a inflação foi de 24,83% em junho, e 28,76% em julho, acumulando, em 89, 254,89%.

Se o IPC for mantido em 30% até o final do ano, o monstro inflacionário engordará para nada menos que 1.217%. Os planos de estabilização mostram cada vez menos fôlego e agora foi a vez do Congresso apresentar um Plano de Emergência, que propõe suspender incentivos e subsídios, proibição do início de obras sem recursos garantidos, privatização das mesmas estatais de sempre, como a Acesita, Aços Finais Piatini, Cia. de Navegação São Francisco, Mafersa, Petroquímica União...

Jane Soares